



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB

REQUERIMENTO
(Do Sr. Tadeu Alencar e outros)

Requer convocação de Sessão Solene “comemorativa aos 30 anos da Frente Nacional de Prefeitos (FNP)”.

Senhor Presidente,

Requeremos nos termos do art. 68 do Regimento Interno, a convocação de Sessão Solene da Câmara dos Deputados para comemorar os 30 anos da Frente Nacional de Prefeitos (FNP)”.

Sala das Sessões, em ____/____/____

Deputado **Tadeu Alencar**
Líder do PSB

JUSTIFICAÇÃO

Desde que iniciou suas atividades, em 1989, a **Frente Nacional de Prefeitos**, a **FNP**, vem acumulando vitórias, mas a sua missão está muito distante dos resultados pretendidos de redefinir a distribuição da riqueza nacional em proporção justa e conforme às tarefas que cada ente da federação exerce de fato.

A maior vitória conquistada pela Frente Nacional de Prefeitos nesses 30 anos de atividades corresponde à ampliação da percepção da sociedade sobre a importância dos municípios na formação, desenvolvimento e manutenção do sistema produtivo do País e das instituições e demais estruturas a elas vinculadas destinadas ao atendimento à população em todos os níveis de suas necessidades.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB

Hoje, muito mais do que nas décadas passadas, as famílias brasileiras têm demonstrado reconhecer nas prefeituras a instância mediadora junto ao Estado para o atendimento de suas aspirações.

A recessão econômica, que se acentuou a partir de 2014, evidenciou, mais uma vez, as enormes assimetrias do sistema federalista atual. Duas delas devem ser destacadas. A primeira corresponde ao aumento das atribuições dos municípios sem a indispensável compensação ou redistribuição dos recursos para as novas despesas decorrentes. A segunda diz respeito à progressiva perda de autonomia das prefeituras como resultado direto da centralização, no Governo Federal, de políticas públicas cuja execução recai nos municípios.

Ademais, a vinculação constitucional de receitas para determinadas despesas, tem sido aplicada de forma uniforme em todo o território nacional, sem considerar as especificidades das nossas cidades. A boa intenção da Lei Maior nesse caso ainda não recebeu, como deveria, a atenção devida e termina causando grandes disparidades que precisam ser enfrentadas e revistas, como defende, com razão, a **FNP**.

O alívio esperado com aumento da receita proveniente da Emenda Constitucional nº 84/2014, que garantiu um adicional de 0,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a formação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foi frustrado pela recessão econômica, em particular pelas perdas nos repasses dos royalties do petróleo – caíram de 0,66% do PIB de 2014, para 0,42% do PIB em 2015.

Mas o maior impacto veio da crise econômica a partir de 2015. União, estados e municípios registraram quedas em suas receitas. Os municípios perderam 2,8% em suas receitas, já descontado a variação inflacionária.

O lado perverso desse processo recessivo foi o aumento expressivo na demanda da população por serviços público, particularmente na área da saúde pública. Com base em dados da Agência Nacional de Saúde (ANS), cerca de um milhão de pessoas tiveram de cancelar seus planos de saúde e migraram para o sistema público.

Aumentos de demanda foram registrados em outras modalidades de serviços públicos (Anuário FNP Multi Cidades 2017).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB

Na educação, foi registrado um aumento de 107.160, ou de 5,9%, no número de alunos nas creches municipais em função da meta do Plano Nacional de Educação, que estabelece a universalização da educação infantil para crianças de 4 a 5 anos, até 2016. No transporte público, os municípios assumem um custo crescente diante da cada vez maior resistência da população em arcar com aumentos nas tarifas. Na segurança pública, os municípios têm incrementado suas despesas com monitoramento eletrônico e guardas municipais. Na iluminação pública, passaram a ser responsáveis, desde 2014, por toda a infraestrutura já instalada, tendo de arcar com os custos de operação, manutenção e com os novos investimentos requeridos para a expansão e modernização do sistema.

Independentemente da melhoria na percepção dos municípios, as discussões travadas no Congresso Nacional e nos meios de comunicação concentram atenções no impacto da crise econômica nas contas do governo federal, como se as dificuldades do nosso país se localizam apenas na União. Isso nos leva a discutir muito mais sobre o déficit das contas federais, de fato preocupantes, e quase nada a respeito da penúria dos municípios, onde a vida transcorre e o dinheiro encurtado se transforma em problemas concretos. Ou seja, a situação financeira da União chega às nossas cidades na forma de escassez de medicamentos na rede hospitalar pública, na falta de produtos ou suspensão da merenda escolar, na paralização de obras iniciadas, na quebra de pequenas empresas e no desemprego.

Os palcos onde esses dramas transcorrem são os limites dos municípios e não os gabinetes do governo em Brasília nem os palácios dos governadores. Em 2015, segundo ano de recessão, as receitas provenientes da quota-parte do ICMS caíram 4,7%. As prefeituras perderam R\$ 4,77 bilhões. Somadas ao resultado de 2014, as perdas no biênio 2015-2016 devem ficar acima dos R\$ 11 bilhões. As transferências da União no âmbito do Fundo de Participação dos Municípios caíram na mesma proporção. Em 2015 foram repassados R\$ 85,35 bilhões, quase dois bilhões abaixo do valor do ano anterior. O resultado só não foi mais acentuado por causa dos recursos adicionais proporcionados pela Emenda Constitucional nº 84/2014.

No mesmo período, como se sabe, as despesas das prefeituras aumentaram. É nesse ambiente que vem trabalhando a **Frene Nacional de Prefeitos**, “única entidade municipalista nacional dirigida exclusivamente por



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB

prefeitas e prefeitos em exercício dos seus mandatos. Tem como foco de atuação os 400 municípios com mais de 80 mil habitantes. Esse recorte abrange 100% das capitais, 60% dos habitantes e 75% do Produto Interno Bruto (PIB) do país”.

Sua missão é “zelar pelo princípio constitucional da autonomia municipal, visando garantir a participação plena e imprescindível dos municípios no pacto federativo”. Os impactos da crise representaram um ponto fora da curva de sua atuação em busca da crescente autonomia dos municípios para angariar recursos e melhores condições para o enfrentamento dos problemas que se abateram nas prefeituras nesses anos de recessão e desemprego agudos.

No passado, eram cenas comuns em Brasília prefeitos peregrinando em gabinetes ministeriais e voltando para suas cidades de mãos vazias e humilhados. A atuação da FNP mudou a qualidade dessas relações. Altivos e compenetrados da importância e representatividade que ostentam, os prefeitos deixaram de vir à Capital de pires na mão. Hoje são recebidos com a deferência que lhes foi negada em outros tempos.

É fundamental comemorar essas conquistas e para isso estamos apresentando o presente requerimento para a realização de uma Sessão Solene Em homenagem aos 30 anos da **Frente Nacional de Prefeitos (FPM)** na Casa das Leis, onde um novo pacto federativo deve balizar as relações entre União, governos estaduais e prefeituras, de modo a redimensionar a repartição da riqueza nacional, reconhecendo o extraordinário trabalho dessa entidade ao tempo em que estaremos dando forma concreta ao preceito constitucional que prevê a competência comum da União, do Estados e do Distrito Federal na gestão do Brasil, com base na realidade e na vida da população.